SABINE GOROVITZ E ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Reitora Vice-Reitor



Márcia Abrahão Moura Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Coordenadora de produção editorial Preparação e revisão

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK, 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769

Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021. 284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação - Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II. Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação
PARTE 1 PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE
Capítulo 1 A internalização das universidades brasileiras
Capítulo 2 Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco
Capítulo 3 Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL 45 Grasiele Reisdörfer MEC – Programa Marca Mercosul
Capítulo 4 Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia

PARTE 2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA
Capítulo 5 Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina7 Rainer Enrique Hamel Universidad Autónoma Metropolitana – UAM
Capítulo 6 Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário
Capítulo 7 A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente
Capítulo 8 Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 12 Isabela de Cerqueira Silva Ospital Agência Universitária da Francofonia – AUF
Capítulo 9 Pela diversidade linguística nas universidades: o monolinguismo do inglês em debate

Universidade de Brasília – UnB

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Capítulo 10 Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr: atividades e desafios
Capítulo 11 A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD)
Capítulo 12 Internacionalización en la Organización de los estados Iberoamericanos
Capítulo 13 A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil
Capítulo 14 A contribuição dos estudos latino-americanos para a internacionalização das universidades brasileiras e para a produção de um conhecimento global

PARTE 4
BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL
Capítulo 15
O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213
Luís Augusto Barbosa Cortez
Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp
Capítulo 16
Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior
Alain Bourdon
Embaixada da França no Brasil
Capítulo 17
Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras
Cláudia Estrela Porto
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB



PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA



CAPÍTULO 7

A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente

Aurobindo Xavier¹ Sociedade Lusófona de Goa (LSG)

Introdução

Goa, situada na costa oriental da Índia, foi uma colônia portuguesa de 1510 até 1961. O território de Goa tem presentemente cerca de 1,6 milhão de habitantes (o estado federal de Rondônia tem cerca de 1,7 milhão de habitantes) em uma área de cerca de 3.700 km² (o Distrito Federal tem cerca de 5.700 km²).

No princípio do século XVI, deu-se o início da língua portuguesa em Goa, tendo alcançado um expoente nos séculos XVI e XVII. Nesses séculos, por meio da imprensa escrita, observa-se a publicação de importantes obras literárias e científicas, e, na área da educação, ocorreu a implementação da língua portuguesa nas escolas e na Universidade (Colégio) de Goa. Depois, e até o século XX, a língua foi utilizada na administração, nas escolas, nas faculdades e entre a população erudita. A partir de 1961,

¹ Aurobindo Xavier é natural de Goa (Índia Portuguesa até 1961), vive alternadamente em Goa, Portugal e na Alemanha. Estudou Geociências em Coimbra, Colônia e Munique. Formou-se na Ludwig-Maximilians-Universität de Munique (Alemanha) e doutorou-se na Universidade Técnica de Munique (Alemanha). Trabalhou em Centros de Investigação e foi professor universitário, em Munique, Rio de Janeiro e Lisboa. Foi fundador e é atual Presidente da Lusophone Society of Goa (LSG) / Sociedade Lusófona de Goa.

com a anexação de Goa pela União Indiana, houve o declínio da língua portuguesa em Goa com um ressurgimento após o ano de 2000.

O início do contato de Portugal com a Índia foi feito pelo descobridor Vasco da Gama, o qual, a 20 de maio de 1498, chegou a Calecute. Nessa data, ficaram em Calecute alguns portugueses que estabeleceram um porto comercial.

Dois anos mais tarde, durante a viagem da descoberta do Brasil, Pedro Álvares Cabral chegou a Calecute em 13 de setembro de 1500. Decididamente os portugueses pretendiam controlar o comércio de especiarias, monopolizado até então pelos árabes.

O Estado Português da Índia iniciou-se em 25 de março 1505 com a nomeação do primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida em Cochim, a sul de Goa. Com a conquista definitiva de Goa por Afonso de Albuquerque em 25 de novembro de 1510, criou-se oficialmente o Estado Português da Índia, tornando-se Goa a sede do Estado.

A partir dessa data, o Império Português no Oriente foi-se expandindo e consolidando, com sede comercial, administrativa e religiosa em Goa, mais precisamente na sua capital, a Velha Goa, que, em 1543, alcançou uma população de cerca de 300.000 habitantes, maior que Madrid e tão populosa como Lisboa. A partir de Goa, Portugal controlava, assim, territórios que pouco a pouco foi ocupando. Esse gigantesco espaço sob a tutela de Goa estendia-se de Moçambique até o Japão.

Logo no século XVI começou, porém, o assédio de holandeses, franceses e ingleses a esse império, com o qual lentamente o império foi-se enfraquecendo. Epidemias de malária e de cólera que ocorreram em Velha Goa levaram a que a capital fosse abandonada paulatinamente e transferida em 1843 para a atual cidade de Panjim (presentemente chamada de Panaji).

Essa pujança portuguesa em Goa nos séculos XVI e XVII contribuiu para a difusão da língua portuguesa em Goa e sua subsequente consolidação.

Os primórdios da língua e cultura portuguesa em Goa

Em 1541, foi instituído em Velha Goa o Colégio de São Paulo, o qual, em 1548, passou inteiramente para a posse da Companhia de Jesus. Este colégio, com o seu seminário, igreja, biblioteca e tipografia, foi um baluarte de propagação da fé católica e da língua e cultura portuguesa e europeia em Goa e na Ásia.

O colégio seguia o ensino ministrado em Coimbra e era uma universidade da ordem dos jesuítas para o ensino da filosofia e da teologia. A sua organização, quando comparada aos colégios na Europa, não tinha diferenças notáveis. Aqui, falavam-se entre oito a dez línguas distintas. A par do ensino da música, gramática, retórica, filosofia e teologia, também se ensinavam as primeiras letras, a escrever e a contar. A partir de 1556, as aulas do colégio tornaram-se públicas, com três classes de Latinidade, um curso de Filosofia e uma cadeira de Moral. Acabado o curso de Artes, acrescentaram-se duas cadeiras de Teologia Especulativa.

Foi neste colégio que se iniciou a primeira impressão de livros na Índia.

A tipografia em Goa foi introduzida por via de um prelo levado para Goa pelo espanhol Juan de Bustamante, cujos primeiros resultados foram as obras *Conclusiones Philosophicae* (1556) e *Doutrina Christãa* (1561). A mais antiga obra impressa pelos missionários do Oriente que hoje existe, em qualquer biblioteca, é S. Boaventura, Opusculax que saiu dos prelos da Companhia, em Velha Goa, no Colégio de S. Paulo, em 1559.

Um dos livros impressos em Goa, com forte impacto até na Europa, foi o *Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia*, de 1563,

do famoso cientista Garcia de Orta. A obra foi impressa provavelmente pelo tipógrafo alemão João de Endem. Houve comprovadamente alguns alemães conhecedores de prelos com caracteres móveis que se deslocaram a Goa em caravelas portuguesas no século XVI, talvez também para se enriquecerem com o comércio das especiarias. Ao mesmo João de Endem, ficou-se a dever em Goa a edição do mais antigo trabalho impresso do então jovem Luís de Camões, *Ode ao Conde do Redondo*.

Epidemias de malária e de cólera que ocorreram em Velha Goa levaram a que a capital fosse abandonada paulatinamente e transferida, em 1843, para a atual cidade de Panjim (presentemente chamada de Panaji).

Ficaram, porém, em Velha Goa igrejas imponentes, símbolos por excelência de um poder passado. "Igrejas e Conventos de Velha Goa" é o nome dado pela Unesco para este conjunto de monumentos religiosos localizado em Velha Goa, considerada no passado a Roma do Oriente.

Evolução até 1961

Em função do abandono progressivo de Velha Goa como capital, a governação de Goa entrou também numa espécie de paralização, e com isso também o ensino da língua portuguesa. Adicionalmente, para essa letargia, contribuiu a agitação política verificada em Portugal na primeira metade do século XIX.

Com a transferência da capital de Goa para Panjim, deu-se início à construção de novos edifícios públicos, incluindo escolas primárias de ensino. Nessa construção, envolveram-se também, em face de progressiva autonomia local, as câmaras municipais dos diversos concelhos de Goa.

Embora se tenham construído equipamentos escolares desde a segunda metade do século XIX até 1961, houve em Goa, segundo Alice Faria (2011), três momentos de grande expansão, marcados pela construção de escolas por todo o território.

O primeiro e único modelo de escolas conhecido, com ampla aplicação no território goês ao longo dos tempos, foi publicado no Boletim Oficial do Governo, em janeiro de 1881. Estabeleciam-se regras precisas para a construção, cujos principais cuidados iam para a salubridade do edifício.

Foi somente nos primeiros anos da República, durante o governo de Couceiro e Costa (1910-1917), que se registou o segundo momento de alargamento do número de construções.

E, por fim, em um terceiro período, nos últimos anos de governação portuguesa, durante os governos de Bernard Guedes (1952-1958), mas principalmente de Vassalo e Silva (1958-1961), o parque escolar foi novamente expandido, abrangendo grande parte das aldeias do território.

De realçar aqui o empenho da Igreja Católica em Goa em manter o funcionamento de seminários religiosos e das chamadas escolas paroquiais, as quais deram um grande contributo para a instrução da língua portuguesa, particularmente nas regiões rurais.

Paralelamente, a imprensa periódica dava o seu contributo para a língua portuguesa. Em 1821, a Junta Provisional mandou vir de Bombaim uma tipografia e foi desta que saiu o primeiro jornal oficial, a Gazeta de Goa que, "além de documentos oficiais, inseria algumas informações da metrópole e do estrangeiro que de qualquer maneira chegassem à Índia" (BARROS, 2005, p. 1).

Em 1838, foi lançado o primeiro jornal literário de Goa, *A Biblioteca de Goa*. Seguiram muitos outros, como o *Enciclopédico*, o *Compilador*, o *Mosaico*, a *Revista Ilustrativa*, o *Vergel* ou o *Tirocínio Literário*. Com a fundação do Instituto Vasco da Gama (presentemente chamado de Institute Menezes Braganza), em 22 de novembro de 1871, expandiu-se a

vida cultural de Goa. Publicaram-se várias revistas literárias, tais como *Álbum Literário* em 1875.

O Ultramar foi o primeiro semanário (6 de Abril de 1859), e logo depois, em 1861, começou a ser publicado A Índia Portuguesa. O primeiro jornal diário, O Heraldo, foi publicado em 1900, e, em 1908, era lançado outro diário, Heraldo. Em 1919, apareceu o diário Diário da Noite. Seguiram-se até 1961 várias outras publicações regulares em língua portuguesa, que em muito contribuíram para o fortalecimento dessa língua em Goa.

O declínio depois de 1961

Com a invasão de Goa em 18 de dezembro de 1961 pelas tropas da União Indiana e a subsequente anexação do Estado Português da Índia na República da Índia, começou um forte declínio e o quase desaparecimento da língua portuguesa em Goa. Após a anexação forçada realizada pela Índia, Portugal não soube como se fazer presente em Goa. Nas décadas seguintes à descolonização, Portugal deixou de apoiar o ensino da língua portuguesa nas escolas goesas. Essa posição iniciou uma tendência de declínio que somente começou a ser revertida cerca do ano 2000.

A partir de 1962, a língua portuguesa na administração pública foi substituída pela língua inglesa. As escolas deixaram de ensinar a língua portuguesa e todos os atos administrativos passaram a ser publicados na língua inglesa.

Em 1983, *O Heraldo*, o jornal diário de Goa, fundado em 1900, terminou a sua resistência de 22 anos depois de 1961, e começou a ser publicado em inglês. *O Heraldo* foi o jornal diário em língua portuguesa de mais longa publicação fora de Portugal e do Brasil.

Na década de 1980, a publicação de livros em português já era uma raridade, embora nos últimos anos tivessem sido publicadas algumas edições, sobretudo livros de memórias.

No entanto, algumas iniciativas portuguesas, a partir do ano de 1980, lançaram sementes para o ressurgimento que se seguiu. Assim em 1980 foi assinado o acordo cultural entre Portugal e Índia; em 1994, foi aberto o Consulado Geral de Portugal em Goa; em 1995, a Fundação Oriente de Portugal abriu uma delegação em Goa e finalmente, no ano 2000, foi criado o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões, isto é, 40 anos depois de 1961.

Assim, entre 1961 e 2000, praticamente nada foi feito em favor da língua portuguesa. Perdeu-se uma geração inteira.

Ressurgimento a partir do ano 2000

Aos poucos, a partir do ano de 2000, começou a haver um interesse cada vez mais acentuado pela aprendizagem da língua portuguesa.

Segundo dados fornecidos pelo leitor do Instituto Camões em Goa, Dr. Delfim Correia, o português é aprendido, no ensino oficial ou particular em Goa, por cerca de 1.300 alunos. Nas escolas oficiais, o português como língua opcional é frequentado por cerca de 700 alunos.

As universidades também oferecem o português nos seus currículos e, no total, entre 50 a 60 alunos inserem o português como disciplina no seu plano de estudos.

A Universidade de Goa oferece um curso de mestrado em Estudos Portugueses, frequentado por cerca de 12 alunos, maioritariamente vindos de Nova Délhi.

O português é ensinado por um corpo docente local, ao qual o Instituto Camões dá formação pedagógica, enquanto a Fundação Oriente

fornece apoio em termos financeiros. Além disso, cerca de 40 alunos frequentam cursos opcionais e livres de língua portuguesa e cerca de 500 alunos estão inscritos em diversas instituições particulares, que oferecem cursos de português em regime pós-laboral, entre elas o Centro de Língua Portuguesa em Panjim.

Em Goa, a língua portuguesa é em parte uma espécie de fator identitário, particularmente entre a comunidade católica. A crescente procura por parte dos goeses pelo ensino da língua portuguesa sofreu infelizmente um revés devido à crise financeira e, com isso, a diminuição dos recursos provenientes das instituições portuguesas.

Nesses termos, existe suficiente espaço, desde que estrategicamente bem pensado, para a intervenção de instituições brasileiras no ensino da língua portuguesa e promoção da cultura brasileira em Goa.

A Sociedade Lusófona de Goa está presentemente implementando colaborações com instituições brasileiras no sentido de reforçar a presença do Brasil em Goa, particularmente na área do ensino da língua e cultura brasileira e na área de tecnologia. Com essa finalidade, criou também recentemente o Centro Cultural Brasileiro em Goa.

Referências

BARROS, Eduardo. *Comunicação no mundo lusófono* - Síntese histórica da imprensa portuguesa em Goa (Índia) - Actas dos III SOPCOM, IV LUSOCOM e II IBÉRICO, v. III, Covilhã, 2005.

COSTA, Adelino. *Goa contemporânea e a herança cultural portuguesa* (1961-2010). Academia da Marinha, Memórias, 2010.

FARIA, Alice Santiago. Ramachandra Mangesh Adwalpalkar. O primeiro arquitecto da Direcção das Obras Públicas da Índia Portuguesa. *Revista Oriente*, v. 20, 2011.

MATOS, Manuel Cadafaz. A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no Oriente veículo de propagação dos ideais humanísticos. *In: Humanismo português na época dos descobrimentos*: actas do congresso. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993.

MANSO, Maria de Deus Beites. *Os Colégios Jesuítas de Goa e Cochim*: séculos XVI-XVIII. Macau: Universidade de Macau, 2010.

SALDANHA, M. J. Gabriel de. *História de Goa*: política e arqueológica. Nova-Goa 1925.

SILVA, Maria Ferreira. O ensino em Goa no século XIX (1836- 1869). Tese (Mestrado) – Universidade do Porto, 1999.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. *The Socio-Linguistic Paradox of Goa — Human and Social Studies*. De Gruyter, 2016.



A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!